

MULHERES EM MOVIMENTO

Nalva Maria Rodrigues de Sousa*

Movimento feminista: algumas considerações

Nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, explodiu o movimento feminista, resultado das mudanças políticas e culturais do momento, que fizeram emergir os movimentos sociais. Segundo Norberto Bobbio, comportamentos coletivos e movimentos sociais constituem tentativas fundadas num conjunto de valores comuns e destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados.

Comportamentos coletivos e movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudanças que pretendem provocar no sistema e pelo nível de interpretação que lhes são intrínsecos. [...]. Nos fenômenos coletivos de agregado (comportamentos coletivos), dá-se um comportamento similar num grande número de indivíduos, sem que se formem novas identidades. Uma vez desaparecida, a tensão ou a disfunção que deu lugar a tais comportamentos coletivos, bem pouco terá mudado em quem deles participou. É o caso do pânico, da multidão, da moda, do *boom*. Nos fenômenos coletivos de grupo (movimentos sociais), pelo contrário, os comportamentos semelhantes dão surgimento a novas coletividades, caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela comunhão de uma esperança, (BOBBIO, 1986: 787-788), estando, pois o movimento feminista dentro dos movimentos sociais, por estabelecer objetivos e anseios semelhantes, entre os componentes do movimento, como modificar as relações das mulheres com a sociedade.

Os movimentos sociais da década de 1960, inovadores e revolucionários, trouxeram questionamentos acerca da organização social brasileira, como as “relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado, (PINTO, 2003: 41-42), e, dentro desse contexto, o movimento feminista ganha voz. Mulheres passam a questionar publicamente sua situação no espaço privado, na relação com o trabalho e vantagens condicionadas ao sexo. Uma das primeiras manifestações feministas da década de 1970, ocorrida nos Estados Unidos, passou tanto por interpretações que condiziam com o que o movimento defendia, como por outras que, identificavam as feministas como sujeitos

historicamente movidos pela “emoção, incapazes de decisões racionais, choronas e histéricas, ou seja, as mulheres”. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 102).

Essa manifestação, noticiada no Brasil, chega aos piauienses através do *O Dia*, transcrita da revista *Cláudia*, coluna “A arte de ser mulher”, escrita pela jornalista Carmem da Silva. Transcrevemos a seguir um trecho da matéria.

Você já deve ter ouvido falar na revolução das mulheres americanas. O que é que esta(s) querem afinal? Livrar-se dos trabalhos de casa? Dos homens? Dos filhos – Carmem da Silva¹ explica tudo.

[...]

A 26 de agosto de 1970, os meios de comunicação divulgaram uma notícia que causou formidável impacto: as mulheres americanas estavam nas ruas. Em Nova York, Washington, Boston, Detroit e várias outras cidades dos Estados Unidos, classificaram uma massa de cartazes e clamores.

Que mulheres? Estudantes? Operárias? Esposas de grevistas? [...] Mães de soldados? Viúvas de guerra?

Nada disso, apenas mulheres. Esse era um dado comum e não a idade, raça, religião, classe social, situação cultural, profissional ou militar. Era na qualidade de mulheres que elas contestavam e reivindicavam.

Desde o triunfo da campanha pelo voto feminino, há uns cinqüenta anos os Estados Unidos não viam espetáculo semelhante. O Ocidente pasmou: manifestações feministas a estas alturas! O fato ganhou uma vasta publicidade, manchetes e um sem fim de comentários na imprensa mundial. (O Dia, 1971: 25/26 jul. p. 5).

As manifestações americanas de cunho feminista passavam a ser noticiadas nos mais diversos meios de comunicação do mundo, por constituir grande novidade, *àquelas alturas*, mulheres nas ruas reivindicando direitos femininos, tendo em comum apenas o fato de serem mulheres. A imprensa procurava um motivo maior do que apenas o sexo para a existência da manifestação, o que, num primeiro momento, não se observou.

Segundo Carmem da Silva, ainda sobre a passeata de agosto nos Estados Unidos, esta foi importante no sentido de ter possibilitado uma série de reuniões, conferências, atos de protestos, mensagens ao Congresso e outras formas de ação tendentes a conscientizar as mulheres e despertar o público e os legisladores para relevantes questões sociais. NOW (em português significa “agora”) passou a ser o estandarte de todos os movimentos, como sinal de inconformismo ante promessas que não se concretizavam. Quatro pontos marcaram as discussões, nesse momento, dentro

¹ *Nasceu no Rio Grande do Sul, em 1919. No início da década de 60, escrevia para revistas e colunas femininas, entre elas a revista Cláudia, onde no ano de 1963, inaugurou a coluna ‘A arte de ser mulher’, contribuindo para a formação do pensamento de gerações de mulheres brasileiras.*

do movimento americano: oportunidade igual de acesso ao trabalho e à instrução; paridade de salário para tarefas iguais; legalização do aborto e abertura de creches em tempo integral em todo o país. (*O Dia*, 1971: 25/26 jul. p. 5). As reivindicações feministas americanas estavam, pois, direcionadas a uma maior igualdade de permanência no espaço público, o qual está diretamente ligado ao privado, como podemos constatar em algumas exigências, como a abertura de creches.

Contudo, a manifestação feminista dos Estados Unidos, que desencadeou outras manifestações, despertou na imprensa da época opiniões que, segundo Carmem da Silva, distorciam o objetivo real do movimento.

Uma verdadeira onda de sarcasmo e agressão levantou-se em torno da passeata. A imprensa tudo fez para desqualificá-la pela ironia e pelo ridículo, mostrando-a como uma colossal manifestação de histeria coletiva, as líderes [...] foram descritas como frustradas, neuróticas, homossexuais, megeras ressentidas espumando de ódio contra o sexo masculino. (O Dia, 1971: 25/26 jul. p. 5).

Tendo a passeata de agosto de 1970, uma das primeiras manifestações da década, questionado pontos sobre o universo feminino, sua representação², (CHARTIER, 1990: 22), nos jornais, não foi positiva, restringindo-se ao “susto”, diante de uma manifestação de mulheres nas ruas, sem uma aparente necessidade, sendo tratado como um ato de histeria feminina. É importante observarmos que, sendo Carmem da Silva feminista, essa jornalista saía em defesa do movimento. Segundo ela, o que era noticiado nos jornais não estava de acordo com o que a fundadora da NOW pregava, e que haviam muitas idéias truncadas e deformadas a respeito do movimento. Em abril de 1971, a fundadora da NOW e organizadora da passeata, Betty Friedan, veio ao Brasil lançar o seu livro *Mística feminina*. (*O Dia*, 1971: 25/26 jul. p. 5).

Entre críticas, apoio e questionamentos, o movimento feminista americano ressurgia, estabelecendo pontos de convergência e divergência entre mulheres, homens e mídia, Funcionava ainda como desencadeador de outros movimentos e grupos que tinham como pauta “as minorias sociais”.

² Segundo Roger Chartier, a relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.

No Brasil, os movimentos que tinham como personagens principais as mulheres não podem ser chamados, como um todo, de movimentos feministas, visto que nem todos tinham o propósito de pôr em xeque a condição de opressão da mulher através da abordagem de temas, como o aborto, igualdade de direitos, violência contra a mulher, partilha do trabalho doméstico, identidade feminina, (ALVES, 1995: 14), mas sim refletir sobre a situação feminina no espaço privado (enquanto dona-de-casa, esposa e mãe) para intervir no espaço público. (PINTO, 2003: 43). Assim, passaremos a chamar de movimentos femininos brasileiros, os movimentos de mulheres que não seguiam diretrizes feministas, como por exemplo, o movimento de mulheres contra os altos preços, contra a carestia. (PINTO, 2003: 44).

Segundo Céli Pinto, as primeiras manifestações do feminismo brasileiro da década de 1970 podem ser identificadas, a partir do ano de 1972, em um Congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher e liderado pela advogada Romy Medeiros³. Também eram realizadas algumas reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, que aconteciam de forma privada na residência de algumas pessoas, posto que a política ditatorial do Brasil, da época, caracterizada como de linha dura, não autorizava reuniões desse tipo. (PINTO, 2003: 43). Essa política era um inibidor não apenas do movimento das mulheres, mas de outros setores sociais, como o movimento dos trabalhadores, que despontava no final da década de 1970. Durante essa década, algumas medidas foram tomadas com o intuito de enaltecer as mulheres.

O ano de 1975 foi escolhido como o Ano Internacional da mulher e o início da década de mulher, de 1975 a 1985, resolução aprovada pelas Nações Unidas ainda em 1972. A ideia partiu da Comissão da Condição Social e Jurídica da Mulher, a qual tinha como objetivo transformar mulheres em categoria principal para as discussões acerca de direitos e participação feminina em todos os setores da sociedade. Segundo essa Comissão, a máxima participação do homem e da mulher em todas as esferas seria essencial para o bem-estar do mundo. As metas da ONU (Organização das Nações Unidas), com relação aos direitos femininos foram igualdade, desenvolvimento e paz. (*O Dia*, 1975: 2/3 fev. p.6).

³ Romy Martins Medeiros da Fonseca. Nasceu em 30 de junho de 1921. Faleceu em 28 de agosto de 1990. Formada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito.

Ainda no ano de 1975, na cidade do México, a ONU reuniu mulheres de vários países que se comprometeram a “eliminar as discriminações e a violência contra as mulheres. O Ano Internacional da mulher foi assunto dos mais diversos setores sociais, como a Igreja, por exemplo. como de encontros mundiais pela ciência brasileira. A Igreja, através de alguns representantes, foi articulando a ideia de mudança em relação, às novas necessidades das mulheres.

É fato incontestável em nossos dias, particularmente, em nosso mundo ocidental, a promoção da mulher. Distanciados da época em que se discutia ter a mulher uma alma ou mesmo, se não teria sido sua criação tão grave e perturbadora como a própria morte, buscamos a nova imagem da mulher dentro das modernas perspectivas, dando-lhe consciência de sua vocação fundamental, de suas aptidões, de seus talentos morais e intelectuais técnicos, profissionais e políticos tendo o direito de ser ela mesma, de se realizar e se valorizar. (ALVES, 1995: 10-11).

Valorizar o que era desejo feminino direcionado à sua individualidade aparece nessa citação como uma “evolução dos tempos”, sendo que a promoção das mulheres ocidentais passava pelos mais diversos campos: moral, intelectual, profissional e político. Em encontros mundiais, como na cidade do México, políticos brasileiros ressaltavam a necessidade de neutralidade diante da situação das mulheres no mundo, “sem paixões”, para atingir objetivos reais. (*O Dia*, 1975: 2 jul. p.10).

Através das notícias dos jornais, podemos observar que discussões com relação ao universo feminino saíam do âmbito das mulheres, a exemplo do movimento feminista, e adentravam a igreja, a política, a ciência, onde muitos demonstravam o desejo de apoiar, organizar e discutir a participação feminina no espaço público. Isso ocorreu na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em Belo Horizonte, conforme a seguinte notícia:

O Ano Internacional da Mulher, que atualmente se comemora, está recebendo atenção especial dos cientistas brasileiros, que não se limitaram a incluir na programação da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belo Horizonte um simpósio sobre ‘As Contribuições das Ciências Humanas à compreensão da Situação da Mulher’.

Nos números 6 e 7, referente a junho e julho deste ano, a revista ‘Ciência e Cultura’, da SBPC, traz artigos versando, respectivamente. ‘A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro’ e Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? (O Dia, 1975: 27 ago. p.7).

No entanto, apesar de a mulher ser pauta de muitos encontros sociais, no Brasil, sua situação no espaço público ainda era pouco notada. Nessa reunião anual, foi apresentado um censo em que se verificou a pequena participação das mulheres nas atividades científicas, pois as publicações assinadas por elas tinham um percentual de apenas 27% do total. Esse fato estava relacionado diretamente à pouca participação feminina no ensino superior e no magistério superior compondo somente 23% do corpo docente, 15% com mestrado e 9% com doutorado. (*O Dia*, 1975: 27 ago. p.7).

Não somos feministas!

As mulheres do Piauí, inseridas nesse processo de mudanças no universo feminino, apresentavam-se de forma estratégica à esfera pública. Na política mostravam-se mais presentes ao se candidatarem a cargos eletivos concorrendo com homens, que historicamente tinham maioria nesse espaço. Contudo, é interessante notar que as mulheres não fugiam de certas normas que a sociedade piauiense tinha padronizado.

Embora poucas saibam, realmente, o que é o movimento feminino conhecido em todo o mundo como woman's lib, a mulher do Piauí começa a iniciar-se num movimento feminino mais realista, emancipando-se politicamente e passando a combater os homens no campo político, candidatando-se a prefeito e vereadores em diversas cidades do Piauí. (O Dia, 1976: 7/8 nov. p.1/3).

Na matéria do jornal, o articulista se refere ao movimento feminista, contudo utiliza o termo feminino, a confusão existia não apenas quanto ao que o movimento pregava como também ao termo (feminista), que, só nas décadas posteriores, foi sendo diferenciado por alguns pesquisadores. (ALVES, 1995: 10/11).

No momento em que o movimento feminista despontava nos Estados Unidos e no Brasil, na década de 1970, no Piauí, as mulheres procuravam não “vestir” características declaradas do movimento. Uma das razões eram as notícias que chegavam ao Estado, através dos jornais, (OLIVEIRA, mar. 2008), resultando em opiniões distorcidas. Assim, algumas mulheres que participavam da política, disputando cargos eletivos, normalmente, não se utilizavam da proposta do movimento em seus discursos. Ao mobilizarem a população, davam prioridade a assuntos direcionados à sociedade local e nacional, de forma geral. Destacando a necessidade de uma maior

participação feminina na sociedade, esse discurso era articulado de forma que os eleitores não questionassem a entrada das mulheres piauienses na arena política.

Geralmente as mulheres se dirigem, nos seus pronunciamentos, a outras mulheres e todas concitam à renovação e a troca de valores, falam em renovação e pregam uma nova oportunidade para as mulheres, afirmando que não são apenas expectadoras, mas pessoas que também têm direito ao trabalho, à participação política e a decisão dos assuntos de maior interesse nacional. (O Dia, 1976: 7/8 nov. p.1/3).

No entanto, a relação mulher e política, não era vista, segundo algumas opiniões como um “casamento feliz”. Embora a década de 1970 apresentasse certa abertura às mulheres, não sendo observadas críticas negativas da população, elas ainda deveriam se policiar em relação ao seu comportamento público, posto que poderiam ser alvo de críticas de seus adversários e possivelmente prejudicá-las em sua entrada na política.

Nesse momento em que as mulheres piauienses se projetavam no espaço da política, o jornal *O Dia* destacava alguns encontros feministas brasileiros, que tinham como objetivo discutir, com a sociedade, questões do universo feminino e suas dificuldades na lenta e gradual inserção no espaço público.

O movimento feminista brasileiro não visa competir ou combater o sexo oposto. Trata-se de uma consciência de classe que as integrantes do grupo pretendem difundir por todo o país, visando o combate à exploração da mulher numa perspectiva política. Isto foi o que ficou bem claro depois de quase duas horas de um polêmico debate travado entre doze integrantes do grupo e os diversos jornalistas, na sala da Imprensa da SBPC, instalada na Universidade de Brasília. Dentre as mulheres feministas se encontravam psicólogas, sociólogas, médicas, economistas representantes do Centro de Mulher Brasileira, representantes do jornal Nós Mulheres [...]. (O Dia, 1976: 16 jul. p.11).

Uma postura do movimento feminista brasileiro era deixar claro à sociedade brasileira que não tinha como objetivo disputar com o sexo oposto, ou seja, “as mulheres não queriam ser vistas contra os homens”, contudo, nesse encontro da SBPC, em 1976, as participantes apontaram alguns problemas de discriminação presentes na vida de algumas mulheres, como, por exemplo: falta de respeito ao pronunciarem opiniões no espaço público, casos de mulheres que eram demitidas por contraírem matrimônio ou por estarem grávidas e, em alguns casos, salários abaixo daqueles pagos aos homens. Uma das feministas destacou que, ao solicitar uma bolsa de estudos, soube

que o critério de escolha dos agraciados era ser casado ou solteiro, sendo que, para as mulheres casadas o valor era inferior ao do homem. (*O Dia*, 1976: 16 jul. p.11).

Dessa forma, apesar de não existir uma disputa declarada, as feministas continuavam destacando situações de desconforto das mulheres no espaço público, embora isso não as impedisse de respaldadas no prestígio profissional, irem adentrando espaços tradicionalmente masculinos, como a Academia Brasileira de Letras.

Assim, as mulheres na década de 1970, foram paulatinamente legitimando espaços de diálogo acerca do lugar das mulheres na sociedade, entretanto ter uma identificação com o movimento feminista não era objetivo de todas. Rachel de Queirós⁴, (SCHUMAHER, 2000: 476), por exemplo, ao assumir a cadeira na Academia Brasileira de Letras, por conta das discussões, acerca do feminismo brasileiro, faz questão de destacar que não era feminista e que sua entrada na Academia dava-se, estritamente, por ser uma “profissional de letras”.

Como não sou feminista, não posso entender essa vitória de uma única escritora a todas as mulheres. Entendo que sim, vitória foi a ABL consentir na entrada das mulheres. Valorizo este posto pela oportunidade de reunião com escritores, pois o convívio é benéfico à vida literária e à cultura. (O Dia, 1977: 6 ago. p.13).

A abertura da ABL às mulheres era vista pela escritora como um grande salto para a cultura brasileira, não identificando esse acontecimento como uma vitória feminina. Segundo Rachel, quem mais ganhou com essa medida foi a ABL, porém, ao contrário do que disse a escritora, a entrada das mulheres na ABL pode ser interpretada como uma conquista, não apenas para a Academia, mas também para as mulheres, visto que novos espaços estavam se redefinindo e atribuindo outros significados à esfera pública. Isso a permitia refletir com um novo olhar ao universo feminino. Além de ser escritora, Rachel de Queirós, na década de 1930, militou no Partido Comunista Brasileiro, participou da campanha que tirou Getúlio Vargas do Governo em 1945 e articulou juntamente com os militares o golpe de 1964. Filiada à Arena, foi convidada pelos militares para ser ministra da Educação, mas não aceitou. (SCHUMAHER, 2000: 476-477).

⁴ Rachel de Queirós. Nasceu em 17 de novembro de 1910 em Fortaleza. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

No Piauí, além dos novos espaços, novos temas foram configurando o cotidiano piauiense, como o divórcio. Ainda em 1974 o divórcio, começava a ser discutido por juristas, parlamentares e religiosos. Entre eles, o senador Nelson Carneiro⁵, (TABAK, 1989: 64/67), destacava-se como um dos defensores da implantação do divórcio no Brasil, contudo, em virtude do país ser um dos maiores representantes católicos do mundo, a maioria da população mostrava-se contrária, dificultando uma discussão “impessoal”. (*O Dia*, 1974: 16 maio,p.7).

A Igreja defendia o casamento, alegando que, quando o mesmo era contraído entre batizados e consumado pelos cônjuges, tornava-se indissolúvel, sendo rompido apenas com a morte, como podemos observar, no artigo publicado no dia 17 de fevereiro de 1975, no qual a Igreja expressava sua opinião, através do arcebispo José Freire Falcão:

[...] o arcebispo da igreja católica avisa que essa indissolubilidade é absoluta, quando se trata de casamento entre batizados, sinal eficaz do poder de Deus (sacramento) e símbolo da união de Cristo a sua Igreja. Assim, o casamento entre cristãos, se validamente contraído e selado pelo ato conjugal, só pode ser rompido pela morte de um dos cônjuges. 'Nem a vontade dos esposos, nem a autoridade civil nem a própria igreja poderá dissolver-lo. Só o casamento válido, que não foi consumado pelo ato conjugal pode ser rompido por justa causa'. (O Dia, 1975: 16/17 fev. p.2).

Não surpreende esse posicionamento da Igreja, para a qual casamento era um ato sagrado, logo, apoiar o divórcio fugia totalmente.

⁵ O senador Nelson Carneiro sempre teve uma atuação voltada para a luta dos direitos em defesa da mulher. Segundo ele, esse interesse pelo tema surgiu em sua atividade enquanto advogado, ao aproximar-se da condição jurídica da mulher ainda na década de 1940, observando que a mulher era representada secundariamente pela lei civil brasileira. Anterior à defesa do divórcio na década de 1970, outros projetos foram apresentados pelo senador defendendo e protegendo as mulheres. Na década de 1940, enquanto deputado federal, Nelson Carneiro encaminhou um projeto que assegurava “à mulher casada, à companheira do homem desquitado, à solteira ou viúva, os direitos de pensão, montepio, soldo, ou pensão de alimentos, direitos que até então não existiam”. Em 1949, conseguiu a aprovação de uma lei que contemplava com alimentos os filhos considerados ilegítimos, filhos de mães não casadas oficialmente. Entre outros projetos, na década de 1970, como senador, conseguiu vetar a dispensa da empregada grávida, como também garantir pagamento em dobro para a mulher despedida por motivo de casamento ou gravidez, melhorias nas condições de trabalho feminino, aposentadoria proporcional às mulheres após 25 anos de serviço, através do antigo INPS. No final da década de 1970, o senador participou ativamente da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou a condição da mulher, as lutas e conquistas da mulher brasileira, as leis protecionistas do trabalho feminino, a mulher fora do lar, o planejamento familiar, o aborto, a mulher como adorno ou objeto sexual, a Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, a ação parlamentar e creches. Essa CPI teve como relatora a deputada Lygia Maria Lessa Bastos.

Após vários debates, encontros, opiniões, o divórcio foi aprovado em 1977. Vale ressaltar que, naquele momento, em que temas como esses deveriam ser aprovados pelo Congresso, já havia atuação de deputadas. Dentre as parlamentares no Congresso, Lygia Maria Lessa Bastos destaca-se por ter exercido um longo e atuante mandato, sendo parlamentar por 37 anos, tendo passado por todos os níveis: municipal, estadual e federal. (TABAK, 1989: 105).

Na década de 1980, as mulheres piauienses começavam a se projetar em partidos políticos que tinham como prioridade questões femininas, mas sem uma identificação com o feminismo. Surgiu, então, em 1982, no Piauí, o PDS feminino, ala feminina do PDS, o qual passou a atuar apresentando propostas, no sentido de despertar as mulheres para uma maior participação na política.

Numa iniciativa pioneira, foi realizado anteontem à noite, no auditório Herbert Parentes Fortes, a primeira reunião do PDS feminino, para a escolha da comissão de 11 participantes que irão compor a diretoria provisória da ala feminina do partido no Estado. Nesta reunião também se fez presente o líder do PDS no Piauí, Deputado Sebastião Leal.

A reunião foi programada pela cronista social Elvira Raulino, e considerando-se que não houve muita divulgação em torno desta, até que compareceu um expressivo número de simpatizantes pedessistas que chegaram quase a lotar o auditório, embora com meia hora de atraso.

No início foi lido o programa do partido, publicado num folheto que foi distribuído para todas presentes. Logo a seguir, a organizadora da reunião resumiu em breves palavras os princípios políticos a que se propõe o partido, ressaltando a importância e a necessidade da mulher se infiltrar no destino político do país e transformar aquilo que por enquanto está só na teoria. (O Dia, 1982: 14 jan. p.8).

O partido se direcionava essencialmente às mulheres, discutindo os mais variados temas, como o feminismo, o aborto e as eleições. Entre as organizadoras, estava Josefina Costa, que ocupava o cargo de secretária-geral do partido, como podemos constatar no trecho da matéria abaixo.

Dando prosseguimento às atividades de concretização do PDS feminino, ocorreu na noite de anteontem, na residência da colunista social Elvira Raulino, uma reunião para definir os cargos e respectivos ocupantes provisórios.

Para presidente foi escolhida Elvira Raulino; vice-presidente, Dulcinéia Leal; secretária-geral a ex-deputada Josefina Ferreira Costa e para Tesouraria, Luzia Brito.

Uma das propostas do PDS feminino é a de fortalecer o partido, 'especificar para o povo o que é o partido', como afirmou Consolação Teixeira, militante da ala feminina. O PDS feminino tem outras idéias, como a de desenvolver um trabalho de assistência social nos bairros e no interior.

As 'feministas' do PDS teceram opiniões sobre alguns temas que hoje estão em debate constante na problemática brasileira. O feminismo, o aborto e as eleições.

O feminismo para as pedessistas é apenas uma questão de como a mulher deve atuar dentro da sociedade. 'Não queremos ser confundidas com as feministas', como afirmou a ex-deputada Josefina Ferreira Costa 'não sou feminista, sou feminina'. Já ocupei um cargo na Assembléia, mas não consegui conciliar a prática política com as obrigações de dona-de-casa. (O Dia, 1982, 15 jan. p.3).

Uma característica importante entre as organizadoras do partido era deixar claro que não eram feministas, pois não tinham simpatia pelo movimento e nem tinham com ele qualquer aproximação ideológica. Em agosto de 1982, foi promovido pelo PDS feminino o I Encontro Nacional da Mulher Pedessista, tendo como uma das organizadoras a senadora Eunice Michiles, do PDS-AM. Participaram 420 mulheres de vários Estados do Brasil, incluindo o Piauí, que tinha como presidente da ala feminina piauiense a jornalista Elvira Raulino. No evento foi destaque a presença do presidente da República, João Figueiredo, do senador Jarbas Passarinho e do presidente nacional do Partido Democrático Social, José Sarney, que falou no encerramento do Encontro, como comprova a notícia seguinte:

O presidente [nacional] do PDS, o senador José Sarney, afirmou durante encerramento do I Encontro Nacional da Mulher Democrática Social, que 'a mulher brasileira é um grande capital de que dispomos', e por isso, a posição do PDS é no sentido de garantir-lhe o direito de participar, opinar, discutir, divergir e apoiar'.

Segundo Sarney, até então, as mulheres sempre foram induzidas a participar quase que simbolicamente da vida particular do país. Contudo, esta posição foi modificada, pois as mulheres não aceitam 'mais esta participação como dádiva', uma vez que querem uma participação mais ativa e desejam 'direitos igualitários, sem privar a cada um, o direito de opção' [...]. (O Dia, 1982: 11 ago. p. 6).

O discurso do presidente do PDS, José Sarney, exaltando a importância da participação feminina na política brasileira indicava que as mulheres estavam conquistando, um espaço maior na política. Com o respaldo de personalidades masculinas, reforçavam-se as transformações no universo feminino, condicionando mais mulheres a se fazerem presentes na arena política.

Esse direcionamento, com o início da abertura política e as diversas manifestações, ajudou as mulheres a pensarem não só a situação feminina, mas também

a participação em outras discussões, como a Lei de Anistia e a Reforma Partidária, em 1979.

No Piauí e no Brasil, os partidos políticos ainda estavam se ajustando às novas propostas, ao surgimento de outros partidos e à forma como era abordado o tema mulheres. Assim, quando as propostas se direcionavam para um mesmo assunto, ocorriam disputas, como, por exemplo, ao se tratar da emancipação feminina.

O movimento da Mulher Democrática Social, MDS,⁶ vem atuando há muito tempo, com os mesmos objetivos da antiga ARENA Feminina. Nós sempre mostramos o que somos. Uma ala feminina do partido da maioria. Dentro do contexto político a que propomos, nunca enganamos ninguém, lutamos pela valorização da mulher, em todos os níveis e seu ingresso na política. Nunca levantamos bandeira. Levantamos, sim, a bandeira do direito de termos o nosso espaço na política, na luta pelo desenvolvimento do Brasil, etc. Agora vem o Núcleo das mulheres do Partido dos Trabalhadores com uma assembléia da Mulher, `hoje, de quinze às dezenove horas, no Auditório Herbert Parentes Fortes, com o grito de guerra `abaixo o machismo`. E esse núcleo está envolvendo com sua `pílula dourada` outros segmentos representativos das mulheres piauienses, desvirtuando os reais objetivos do movimento de emancipação da mulher. É um movimento radical. Não é `derrubando o homem` que a mulher pode ser feliz. Um precisa do outro. Deus sabe o que faz. Se ele fez a mulher da costela de Adão, foi para que os dois vivessem unidos e felizes. O nosso MDS luta pela valorização da mulher. `Aí é que está a diferença do núcleo do PT`. (O Dia, 1984: 11/ 12 mar. p. 8).

No Partido dos Trabalhadores-PT, em Teresina, passou a existir um núcleo direcionado às mulheres, e segundo a citação, o encontro promovido pelo PT, com um grito de guerra que soava ser feminista, não agradava ao MDS, pioneiro, ao abordar o tema mulher e política, apontando que o discurso das integrantes do PT não demonstrava “valorização da mulher”. O MDS, partido da maioria, como o mesmo se colocava, deixava bem claro à população piauiense que não tinha objetivos feministas, pois acreditava que esse movimento não era a melhor maneira de se estabelecer um discurso saudável com a população. O partido acreditava, portanto, que um grito de guerra como “abaixo o machismo” poderia distorcer um “trabalho” já consolidado e respeitado pelos piauienses.

A maneira de observar a sociedade, seus problemas e suas transformações não é homogênea, podendo-se ter objetivos iguais, mas caminhos diferenciados. Nesse sentido, como já observamos anteriormente, o surgimento do feminismo, na década de

⁶ Movimento da Mulher Democrática Social era o nome do partido feminino formado dentro do PDS.

1970, teve várias interpretações. A mais destacada era que as feministas, ao propugnarem determinadas mudanças sociais, estavam automaticamente se posicionando contra o sexo masculino, de modo que, quando grupos, partidos, mulheres demonstravam simpatia pelas propostas feministas estavam propensos a críticas negativas.

Entretanto, apesar da resistência ao feminismo, na década de 1980, já podemos observar em Teresina um aumento de encontros, palestras e passeatas, fato não registrado na década anterior, quando também se tinha o universo feminino como foco principal. Muitas dessas mobilizações ressaltavam a necessidade de uma maior participação da mulher no cenário político piauiense e de uma luta mais intensa por direitos femininos. Assim, vejamos a seguinte reportagem:

Será realizado hoje, a partir das 14 horas, o encontro de avaliação do Movimento de Mulheres de Teresina, no Edifício Paulo VI e o tema principal em pauta vai ser “A condição da mulher no Piauí, abordando o aspecto econômico-salarial, familiar e a participação política. Outro tema que as mulheres discutirão no encontro diz respeito à análise histórica do Movimento de Mulheres nas cidades de Teresina, Picos, Esperantina, Pimenteiras, Campo Maior, União e Amarante. As mulheres buscarão respostas para diversos temas: reanimar o que já conseguiram e buscar uma continuidade; procurar maior ligação das mulheres de classe média e militantes com as mulheres do povo, nos bairros e, por fim, procurar encontrar novos caminhos, instrumentos e conteúdos de luta, como audiovisuais, cartilha sobre planejamento familiar ou outras propostas. (O Dia, 1984: 25 nov. p. 2).

Desse modo, o movimento de mulheres no Piauí, apesar de suas discordâncias, dentro dos partidos, crescia lentamente e tentava mobilizar um maior número de participantes, estabelecendo relações com outros municípios do Piauí. Uma preocupação do movimento era o da informação, ficando claro, através da matéria, que uma das metas era manter um diálogo com os piauienses, no sentido de manter viva a pauta, conciliando-a com a realidade local, com destaque, entre outros temas, para o planejamento familiar. Vale ressaltar que esse tema fez parte da CPI realizada pelo Congresso, no final da década de 1970, a qual tinha como objetivo detectar a condição feminina no Brasil, através de depoimentos e reuniões. Sobre o planejamento familiar, a relatora da CPI, deputada Lygia Lessa Bastos, concluiu que não existiam restrições ao planejamento familiar. Quanto ao uso de anticoncepcionais, ficou estabelecido que deveria ser controlado, para não afetar negativamente à saúde da mulher. Concluiu-se

também que todas as medidas de planejamento familiar atingiam diretamente as mulheres, excluindo totalmente o homem dos planos do Governo Federal em relação ao tema. (TABAK, 1989: 72).

Após as ‘diretas já’, os encontros e palestras continuaram apresentando um aumento considerável em Teresina. Em 1985, é lançado o Centro Popular da Mulher, que, dentre vários objetivos, tinha o de refletir sobre a igualdade social, não apenas da mulher, mas de forma geral.

Unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social. Este é o objetivo principal do Centro Popular da Mulher (CPM), que será lançado no próximo sábado em Teresina. A coordenadora do CPM, Maria do Espírito Santo Cavalcante, informou ontem que esse movimento surgiu em Teresina há pouco mais de um ano e está estruturado nos bairros da Nova Brasília, Promorar e Piçarreira.⁷ O trabalho inicial do CPM, segundo ela, é o de conscientização. ‘Mas nossa luta não é específica da mulher. Ela é geral’, garante Maria do Espírito Santo Cavalcante. As principais lutas encampadas pelo CPM são pela completa emancipação da mulher, ampliação do mercado de trabalho e contra a violência. (O Dia. 1984: 5 dez, p.1).

O movimento de mulheres no Piauí começava então a ter maior organização e tentava, na capital, como nos demais municípios, ajudar a população com informações que pudessem facilitar o seu cotidiano, como o planejamento familiar. Em Teresina, o Centro Popular da Mulher, além de apoiar outras entidades sociais, servia como uma referência para o surgimento de outros centros, como os de bairro.

Ainda como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Associação das Mulheres do Itararé⁸ (Ami) realizou ontem uma passeata por melhores condições de vida, onde centenas de cartazes expressavam o desejo da comunidade em pôr fim à violência contra a mulher. Os registros policiais indicam que em uma semana ocorreram seis estupros contra menores residentes no Itararé. A essa manifestação associaram-se pais irmãos e filhos de mulheres que se engajaram na luta pelos direitos da mulher piauiense.

Nem mesmo o sol forte de ontem à tarde impediu a marcha silenciosa das mulheres, marcando assim uma posição antes não registrada. (O Dia, 1985: 11 mar. p. 10).

⁷ Bairros de Teresina, Nova Brasília, localizado na zona norte, Promorar na zona sul e Piçarreira na zona leste.

⁸ Nas décadas de 1970, 1980, e 1990, Teresina, apresenta um crescimento maior que o do Piauí, constituindo-se o município mais populoso do Estado, isso ocorreu por conta de Teresina apresentar-se como “um centro aglutinador de equipamentos, serviços e atividades, receptor de populações migrantes”. Assim na década de 1980, Teresina sofre um crescimento em direção à zona leste e sul. Na zona leste destaque para o conjunto habitacional Itararé (originalmente Dirceu Arcoverde, em homenagem ao Ex Governador do Estado e ex-Senador da década de 1970, Dirceu Mendes Arcoverde).

É interessante observarmos como as manifestações femininas foram se consolidando no cenário teresinense. O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, continuou dando às mulheres uma oportunidade de apresentar, discutir e dividir seus problemas publicamente, como a violência doméstica. A data era e continua sendo, um momento de repercussão social que mobiliza não apenas as mulheres, mas também outros atores sociais.

Em relação ao Estatuto do Centro Popular da Mulher, podemos verificar, no capítulo I, artigo 1º, que os objetivos estão direcionados ao universo feminino, assim como é dada atenção à proteção à infância, à discriminação em relação à mulher e a uma maior participação feminina na sociedade.

Art. 1º - Centro Popular da Mulher com sede e fórum na cidade de Teresina, Estado do Piauí, é uma entidade civil, apartidária, sem fins lucrativos que objetiva unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social e tem por fim:

I - Lutar pela efetiva igualdade da mulher, no âmbito da luta geral da sociedade, pela justiça e igualdade social;

II - Lutar pelo atendimento das reivindicações sociais da mulher representadas no seu direito ao trabalho; na proteção enquanto mãe; na proteção da infância por toda a sociedade, através do Estado; pelo fim de toda legislação discriminatória à mulher.

III - Trabalhar no sentido de elevar o nível de consciência e participação da mulher na defesa dos seus direitos e na luta contra todos os preconceitos que a discriminam;

IV - Trabalhar pela efetiva participação social da mulher, ao lado dos demais segmentos da sociedade, na concreta construção da democracia e justiça social. (CRUZ, 2006: 48).

Com essas finalidades relativas à igualdade, justiça, direitos, discriminação, democracia, entre outros, no que tange às mulheres, o CPM foi, ao longo da década de 1980, organizando encontros sociais em prol da igualdade feminina e também apoiando, entre outras, as atividades sindicais em Teresina.

Será realizado de sexta a domingo, no auditório do Sesi, em Teresina, o Encontro de Organização Sindical da Mulher Trabalhadora, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, que tem o apoio do Centro Popular da Mulher.

Segundo a secretária do Trabalho e Ação Comunitária, Guiomar Passos, o encontro é de grande importância, 'pois a participação da mulher na luta pela construção de um Brasil novo é imperativo nesse momento histórico'. A secretária convocou todas as mulheres trabalhadoras a participarem do encontro que objetiva aprofundar a discussão sobre as suas condições de

vida e trabalho. Com isso, a Semtac pretende estimular a participação das mulheres no processo de organização e participação em suas entidades representativas de modo a elevar seu nível de politização. (O Dia, 1987: 21 out. p.7).

No final da década de 1980, estavam em discussão, no Congresso Nacional, as propostas para a nova Constituição brasileira, de forma que despertar a sociedade, através dos grupos para uma maior participação nesse “momento histórico”, aparece como tema freqüente. Nesse sentido, várias manifestações e grupos, durante toda a década, foram se organizando, com objetivos diversos, a favor das comunidades locais, discutindo e questionando problemas comuns, sobretudo os bairros mais populares.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 787-788.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 102.

A LIBERTAÇÃO da mulher. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. p. 72.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel: 1990. p. 22.

ALVES, Luzia de Fátima. *Mulheres em movimento, movimentos de mulheres - Um estudo sobre as lutas das mulheres em São Bernardo do Campo na década de oitenta*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995. p. 14.

SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. p. 64/67.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003. p. 50-53

CRUZ, Diana Fagundes da. *Trajetória dos movimentos de mulheres em Teresina (1980-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006. p. 48 (Anexo).

JORNAL O DIA

O QUE é uma mulher livre. *O Dia*, Teresina, ano [s.a], n. 3380, p. 5, 25/26 jul. 1971.

O MOVIMENTO de libertação da mulher. *O Dia*. Teresina, ano [s.a], n. 3698, p. 10, 21 ago. 1973.

ANO Internacional da Mulher. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4123, p. 6, 2/3 fev. 1975.

A MULHER no mundo atual. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 42424, p. 15, 8/9 jun. 1975.

O BRASIL quer ampliar a situação da mulher. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, p. 10, 2 jul. 1975.

POUCAS mulheres no ambiente científico. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4289, p. 7, 27 ago. 1975.

MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições. *O Dia*. Teresina, ano XXV, n. 4627, p. 1/3, 7/8 nov. 1976.

NOSSO feminismo garante que não é contra homem. *O Dia*. Teresina, ano XXV, n. 4535, p. 11, 16 jul. 1976.

RACHEL diz que não é feminista. *O Dia*. Teresina, ano XXVI, n. 4856, p. 13, 6 ago. 1977.

DIVÓRCIO. *O Dia*. Teresina, ano XXIII, n. 3907, p. 7, 16 maio, 1974.

PIAUIENSE é contra divórcio. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4133, p. 2, 16/17 fev. 1975.

PDS feminino faz reunião para formar sua comissão. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7748, p. 8, 14 jan. 1982.

MULHERES do PDS dizem o que acham do feminismo. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7749, p. 3, 15 jan. 1982.

A GRANDE força da mulher democrática. *O Dia*, Teresina, ano XXXI, n. 8108, p. 6, 11 ago. 1982.

QUEREM derrubar o macho. *O Dia*, Teresina, ano XXXIII, n. 6675, p. 8, 11/ 12 mar. 1984.

MULHERES avaliam movimento no Piauí. *O Dia*, Teresina, ano XXXIII, n. 6884, p. 2, 25 nov. 1984.

MULHERES fazem passeatas por seus direitos. *O Dia*, Teresina, ano XXXIV, n. 6967, p. 10/11 mar. 1985.

MULHER terá encontro de organização social. *O Dia*, Teresina, ano XXXVI, n. 8543, p. 7, 21 out. 1987.

DEPOIMENTO

OLIVEIRA, Elvira Mendes Raulino de. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, mar. 2008.